

## Entidades enviam proposta a presidente da Conab e tentam por fim a impasse em negociações

Fenadsef, Fisenge e Asnab encaminharam ontem, quarta-feira, 21, uma proposta ao presidente da Conab, Guilherme Augusto Sanches Ribeiro, para tentar por fim aos impasses que impedem o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos empregados. O presidente compareceu a uma plenária nacional informativa virtual da categoria e de viva voz se comprometeu com alguns elementos considerados essenciais na proposta que havia sido construída em audiência bilateral de mediação feita no Tribunal Superior do Trabalho (TST) no dia 15 desse mês.

Caso o presidente da Conab sinalize de forma positiva para a proposta, as entidades se comprometem a realizar assembleias dos empregados em todo o



país e buscar assim um desfecho para a assinatura do ACT que está em mediação no TST. O atual acordo já foi prorrogado por quarenta vezes.

Entre os temas da proposta enviada pelas entidades ao presidente da Conab estão índices de reposição salarial sobre remuneração e benefícios, SAS (Serviço de Assistência à Saúde) da categoria, liberação de dirigentes classistas e solicitação para nova audiência de conciliação no TST no próximo ano para rediscussão do plano de cargos e carreira dos empregados.

Fonte: Condsef

## Relatório da transição mostra que governo Bolsonaro desmontou o estado brasileiro

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSD-SP), disse nesta quinta-feira (22) que, com a má gestão do governo de Jair Bolsonaro (PL), o país andou “para trás” e que o presidente eleito e já diplomado, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) irá receber, no dia 1º de janeiro, “um Estado muito mais difícil e triste do que anteriormente”.

“Fizeram um desmonte do estado brasileiro”, disse Alckmin durante apresentação e entrega do relatório final do Gabinete de Transição a Lula, realizada no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) em Brasília.

“A má condução da saúde fez com que o Brasil tendo 2,7%

da população mundial tivesse quase 11% das mortes por Covid, nessa pandemia mundial. Fico feliz, como médico, de ver que na PEC Social, a PEC da vida, os recursos mais expressivos estão na área de saúde”, disse Alckmin sobre a PEC da Transição.

O vice-presidente eleito e coordenador-geral do GT, escolhido por Lula para comandar o Ministério do Desenvolvimento, citou os principais retrocessos do governo Bolsonaro, constatados pelos mais de 30 grupos formados para fazer o diagnóstico do caos, o legado trágico que Bolsonaro vai deixar em áreas como Saúde, Educação, Habitação e Meio Ambiente.

“Aprendizagem diminuiu, a evasão escolar aumentou. Os recursos para essenciais, como merenda escolar, ficaram congelados em R\$ 0,36, e tivemos quase um colapso dos institutos e das universidades”, disse Alckmin, acrescentando que houve “enormes retrocessos”.

Na Saúde, Alckmin disse que há um grande desafio pela frente e destacou em sua fala a queda na vacinação e o alto índice de mortes por Covid-19. Segundo ele, “50% não tomaram dose de reforço de poliomielite. Poliomielite mata e deixa sequelas”.

Matéria completa em [CUT.org.br](http://CUT.org.br)



## Congresso vota orçamento após excluir Bolsa Família do teto de gastos

A promulgação da Emenda Constitucional 126, que permite ao novo governo deixar R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos, na noite dessa quarta-feira (21), destravou a votação da proposta orçamentária de 2023. Esses recursos são para bancar o Bolsa Família e outros programas sociais com o Farmácia Popular e o Auxílio Gás. O projeto, relatado pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), deve ser votado pela manhã na Comissão Mista de Orçamento e, em seguida, pelo plenário do Congresso. Depois disso não há os parlamentares entrarão em recesso.

A chamada PEC da Transição foi aprovada com modificações pela Câmara – a principal delas, a redução da validade da medida de dois para um ano – e, por isso, teve de ser analisada novamente pelo Senado (veja como cada senador votou). Na sequência, o texto aprovado foi promulgado pelo presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Marcelo Castro disse que, após as alterações feitas pela PEC da Transição no valor de R\$ 19,4 bilhões das emendas de relator, foram feitos ajustes nas dotações em acordo com os líderes partidários e o novo governo.

Segundo o relator, está garantido o reajuste do salário mínimo de R\$ 1.212 para R\$ 1.320; e as principais recomposições orçamentárias como o acréscimo de mais de R\$ 22 bilhões para a área de saúde.

A PEC da Transição atendeu determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de acabar

com as emendas de relator. Foi criada uma nova regra permanente pela qual, a cada ano, o governo vai reservar no projeto orçamentário um total de 2% da receita corrente líquida do ano anterior para as emendas individuais do orçamento do ano seguinte. Até então o total era de 1,2%, o que deu R\$ 11,7 bilhões no projeto inicial para 2023.

Com o acréscimo da PEC, as emendas individuais já aprovadas pela Comissão Mista de Orçamento terão um “reforço de dotação”. Marcelo Castro disse que não haveria tempo hábil para que cada parlamentar apresentasse novas emendas:

“No próximo ano, o parlamentar pode fazer ajustes e deslocamentos de uma emenda para outra ou mesmo para outra ação. Então, no ano que vem é que eles vão fazer essas adequações que agora nós não temos prazo legal para fazer”, disse.

Mas a PEC também mudou a divisão das emendas individuais entre deputados e senadores, que não será mais igualitária como era antes. 77,5% vão para a Câmara e 22,5% para o Senado. Como os deputados são 513, o valor individual para eles será de R\$ 32 milhões em 2023. Para os senadores, será de R\$ 59 milhões.

Ocorre que o reforço das emendas individuais corresponde à metade do dinheiro das emendas de relator. A outra metade, de R\$ 9,85 bilhões, será destinada pelo próprio Marcelo Castro para dotações comuns dos ministérios. O rearranjo foi feito após o Supremo Tribunal Federal declarar inconstitucionais as chamadas emendas de relator, também conhecidas como orçamento secreto devido à falta de transparência na indicação dessas emendas.

Com informações da Agência Câmara de Notícias.

### AVISO

Prezados (as) Senhores (as),  
Avisamos que, em razão das festas do final de ano, nos dias 23 e 30 de dezembro/2022, **NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE**.  
Desejamos a todos (as) um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de paz, amor, saúde e prosperidade.

**A DIREÇÃO**